



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 280/2014
(Autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Andre
Bueno,
Anibelli Neto, Cantora Mara Lima, Pedro Lupion e Tercílio Turini)

Alteração da Lei nº 8.129, de 13 de agosto de 1985, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 8.129, de 13 de agosto de 1985, passa a vigorar com a seguinte redação:

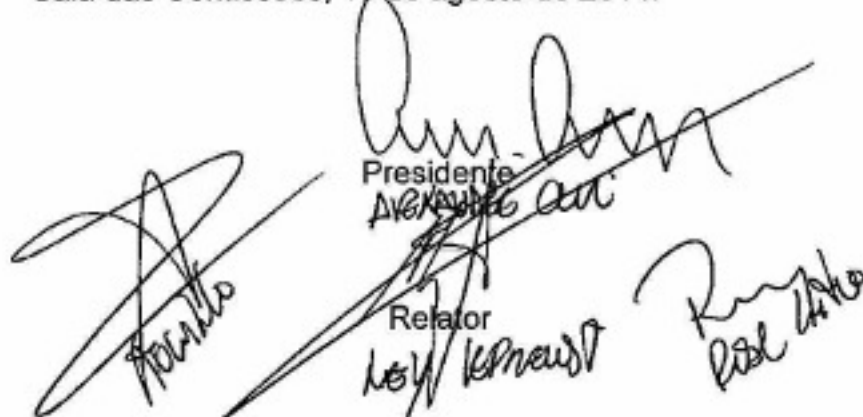
"Concessão de Título de Utilidade Pública à Associação Beneficente Gralha Azul - Assobega, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Beneficente Gralha Azul - Assobega, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 19 de agosto de 2014.


Presidente
ALEXANDRE CAI
Relator
LEY KRAUS
Ruy Lino



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 281/2014
(Autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Andre
Bueno,
Anibelli Neto, Cantora Mara Lima, Pedro Lupion e Tercílio Turini)

Alteração da Lei nº 7.359, de 5 de setembro de 1980, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 7.359, de 5 de setembro de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

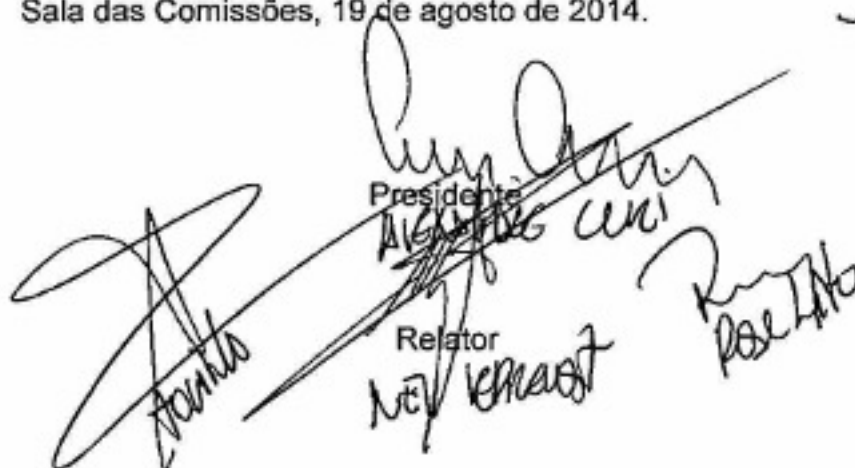
"Concessão de Título de Utilidade Pública à Associação Pestalozzi de São Miguel do Iguaçu, com sede e foro no Município de São Miguel do Iguaçu.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Pestalozzi de São Miguel do Iguaçu, com sede e foro no Município de São Miguel do Iguaçu.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 19 de agosto de 2014.


Presidente
Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 282/2014
(Autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Andre
Bueno,
Anibelli Neto, Cantora Mara Lima, Pedro Lupion e Tercílio Turini)

Alteração da Lei nº 9.797, de 12 de novembro de 1991, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 9.797, de 12 de novembro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:


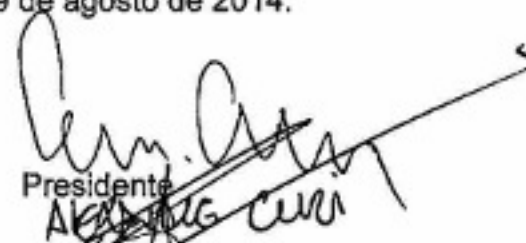
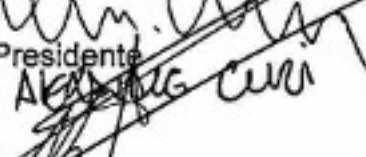



"Concessão de Título de Utilidade Pública à Associação de Pais, Amigos, Deficientes Auditivos e Surdos, com sede e foro no Município de Toledo.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Pais, Amigos, Deficientes Auditivos e Surdos, com sede e foro no Município de Toledo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 19 de agosto de 2014.



Presidente


Relator





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 283/2014
(Autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Andre
Bueno,
Anibelli Neto, Cantora Mara Lima, Pedro Lupion e Tercílio Turini)

Alteração da Lei nº 16.952, de 22 de novembro
de 2011, de concessão de Título de Utilidade
Pública.

Art. 1º A Lei nº 16.952, de 22 de novembro de 2011, passa a
vigorar com a seguinte redação:

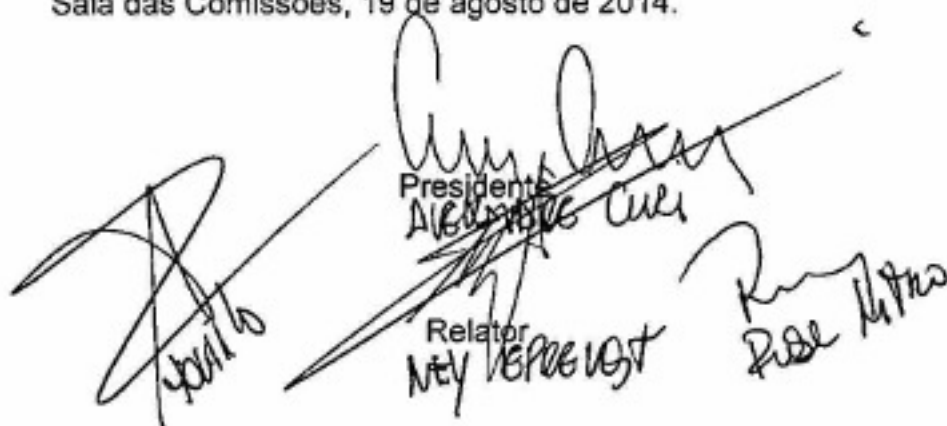
"Concessão de Título de Utilidade Pública à
Associação Projeto Construindo o Futuro,
com sede no Município de Florestópolis e foro
no Município de Porecatu.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Projeto
Construindo o Futuro, com sede no Município de Florestópolis e
foro no Município de Porecatu.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 19 de agosto de 2014.


Presidente
Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 284/2014
(Autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Andre
Bueno,
Anibelli Neto, Cantora Mara Lima, Pedro Lupion e Tercílio Turini)

Alteração da Lei nº 15.857, de 18 de junho de 2008,
de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 15.857, de 18 de junho de 2008, passa a vigorar
com a seguinte redação:

"Concessão de Título de Utilidade
Pública ao Siespar – Sistema
Integrado de Entidades Sociais do
Paraná, com sede e foro no
Município de Curitiba.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública ao Siespar –
Sistema Integrado de Entidades Sociais do Paraná, com sede e
foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 19 de agosto de 2014.


Presidente
ALEXANDRE UELI
Relator
Pedro Lupion



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 285/2014
(Autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Andre
Bueno,
Anibelli Neto, Cantora Mara Lima, Pedro Lupion e Tercílio Turini)

Alteração da Lei nº 15.657, de 2 de outubro de 2007, de
concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 15.657, de 2 de outubro de 2007, passa a vigorar
com a seguinte redação:

"Concessão de Título de Utilidade Pública à
Federação Democrática das Associações de
Moradores, Clubes de Mães, Entidades Benéficas e
Sociais de Curitiba e Região Metropolitana, com sede
e foro no Município Curitiba.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Federação
Democrática das Associações de Moradores, Clubes de Mães,
Entidades Benéficas e Sociais de Curitiba e Região
Metropolitana, com sede e foro no Município Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 19 de agosto de 2014.


Presidente

Relator





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 286/2014
(Autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Andre
Bueno,
Anibelli Neto, Cantora Mara Lima, Pedro Lupion e Tercílio Turini)

Alteração da Lei nº 14.752, de 24 de junho de 2005,
de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 14.752, de 24 de junho de 2005, passa a vigorar
com a seguinte redação:

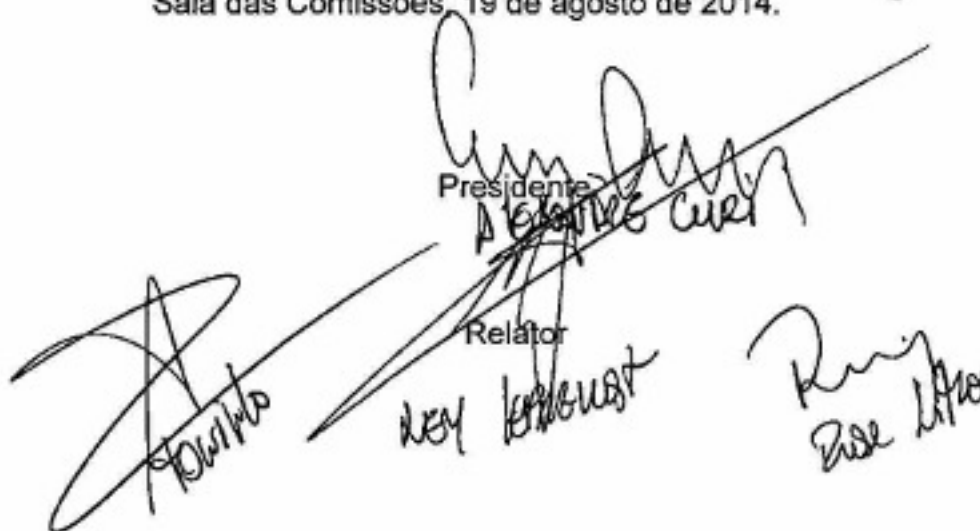
“Concessão do Título de Utilidade Pública à
Associação Beneficente José Gaudêncio Silveira,
com sede e foro no Município de Pinhais.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Associação
Beneficente José Gaudêncio Silveira, com sede e foro no
Município de Pinhais.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 19 de agosto de 2014.


Presidente
Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 287/2014
(Autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Andre
Bueno,
Anibelli Neto, Cantora Mara Lima, Pedro Lupion e Tercílio Turini)

Alteração da Lei nº 5.349, de 24 de junho de 1966,
de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 5.349, de 24 de junho de 1966, passa a vigorar
com a seguinte redação:

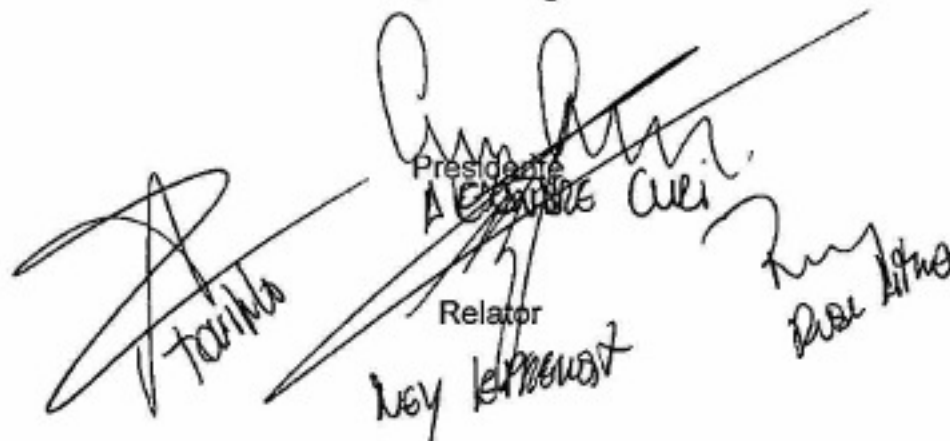
"Concessão de Título de Utilidade Pública à
Associação Família de Maria, com sede e foro no
Município de Curitiba.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Associação
Família de Maria, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 19 de agosto de 2014.


Presidente
Relator
Turini
Ney
Curi
Doutor



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 288/2014

(Autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Andre
Bueno,
Anibelli Neto, Cantora Mara Lima, Pedro Lupion e Tercílio Turini)

Alteração da Lei nº 13.405, de 21 de dezembro de 2001, de concessão de Título de Utilidade Pública e dá outras providências.

Art. 1º A Lei nº 13.405, de 21 de dezembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Concessão de Título de Utilidade Pública à Associação Obras Sociais do Núcleo Espírita Chico Xavier, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Obras Sociais do Núcleo Espírita Chico Xavier, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala das Comissões, 19 de agosto de 2014.


Presidente
Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 289/2014
(Autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Andre
Bueno,
Anibelli Neto, Cantora Mara Lima, Pedro Lupion e Tercílio Turini)

Alteração da Lei nº 12.500, de 22 de janeiro de 1999,
de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 12.500, de 22 de janeiro de 1999, passa a vigorar
com a seguinte redação:

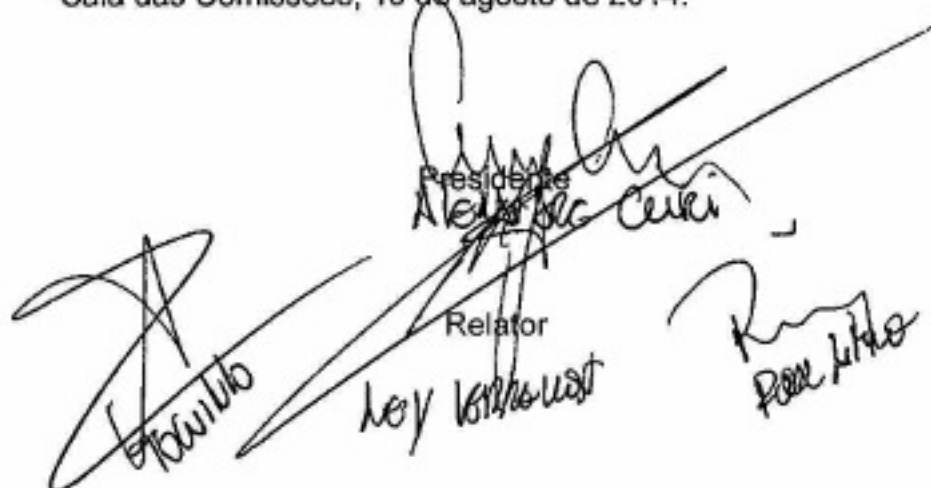
"Concessão de Título de Utilidade Pública à Casa
de Recuperação Água da Vida, com sede e foro
no Município de Almirante Tamandaré.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Casa de
Recuperação Água da Vida, com sede e foro no Município de
Almirante Tamandaré.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 19 de agosto de 2014.


Presidente
Relator

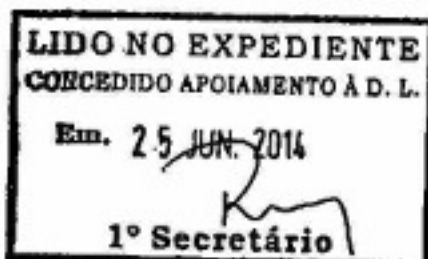


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Liderança do Governo



PROJETO DE LEI Nº

304/14



Institui o Dia do Agente Fazendário, a ser comemorado anualmente em 23 de setembro.

Art. 1º Fica instituído o Dia do Agente Fazendário, a ser comemorado anualmente em 23 de setembro.

Art. 2º A data instituída no art. 1º passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 25 de junho de 2014.


ADEMAR TRAINO
Líder do Governo



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Liderança do Governo



JUSTIFICATIVA

A Carreira de Agente Fazendário Estadual – AFE foi instituída pela Lei Estadual nº 13.803, de 23 de setembro de 2002. Por este motivo, a Classe entende ser este o melhor dia para se comemorar o seu dia.

Os Agentes Fazendários Estaduais – AFE são servidores que laboram já há diversas décadas em toda a estrutura administrativa da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA. Sempre com ética, dedicação e competência, contribuem para que a SEFA atinja os seus objetivos institucionais que é prover o Estado dos recursos necessários ao cumprimento das políticas públicas implementadas em favor da sociedade paranaense.

Os Agentes Fazendários Estaduais – AFE exercem atividades técnicas especializadas, específicas da Administração Fazendária/Tributária Estadual. Suas atividades incluem o controle sistêmico das finanças estaduais e o apoio técnico especializado à Administração Tributária, de acordo com o que preceitua o *caput* do artigo 37, e seus incisos XVIII e XXII, da Constituição Federal de 1988, a seguir transcritos:

"Art. 37 A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XVIII – a administração fazendária e seus servidores fiscais terão dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

(...)

XXII – as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio."



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Liderança do Governo



Suas atribuições encontram-se regulamentadas pelo Decreto Governamental nº 9.788, de 20 de dezembro de 2013, conforme o contido em seu Anexo Único.

O exercício destas atribuições exige a observância do sigilo fiscal, por parte de todos os servidores da Fazenda Estadual, conforme o disposto no artigo 198 do Código Tributário Nacional – CTN, a seguir transcrito:

Art. 198. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.

As atividades técnicas Fazendárias/Tributárias, exercida pelos Agentes Fazendários Estaduais – AFE do Paraná, contemplam ações específicas, essenciais ao bom funcionamento do Estado, de reconhecida complexidade, relevância e responsabilidade, a saber:

- Controle sistêmico das finanças estaduais, na Coordenação de Assuntos Financeiros – CAFE e nos Grupos Financeiros Setoriais – GFS, na Coordenação de Controle Interno – CCI, na Coordenação de Orçamento e Programação – COP e nos Grupos Orçamentários Setoriais – GOS;
- Análise, avaliação e acompanhamento do desempenho econômico do Estado, na Coordenação de Assuntos Econômicos – CAEC;
- Apoio técnico especializado às atividades da Administração Tributária, na Coordenação da Receita do Estado – CRE.

Por todo o exposto, justifica-se plenamente a instituição de uma data no Calendário Estadual para a comemoração do dia do Agente Fazendário Estadual – AFE.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 304/2014

Projeto de Lei nº. 304/2014

Autor: Deputado Ademar Traiano.

Súmula: Institui o Dia do Agente Fazendário, a ser comemorado anualmente em 23 de setembro.

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO O DIA DO AGENTE FAZENDÁRIO. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Ademar Traiano, tem por finalidade inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado o Dia do Agente Fazendário a ser comemorado anualmente em 23 de setembro.

FUNDAMENTAÇÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, 05 de agosto de 2014.

DEP. NELSON JUSTUS
Presidente

DEP. FERNANDO SCANAVACA
Relator

Dep. Tercilio

Dep. Brandão Jr

Dep. Lupion

Dep. Rommelli

Dep. Tadeu

Dep. Alexandre

Dep. Pastor

APROVADO

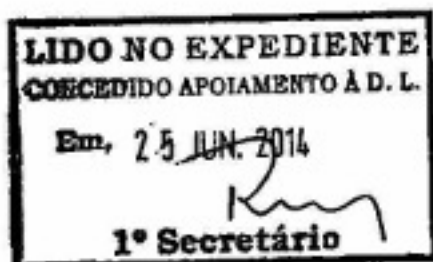
05108114



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 305/14



SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a Irmandade da Santa Casa de Arapongas, com sede e foro no Município de Arapongas/Pr.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a "Irmandade da Santa Casa de Arapongas", com sede e foro no Município de Arapongas/Pr.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de Junho de 2014.

WALDYR RUGLIESI

Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

A Irmandade da Santa Casa de Arapongas surgiu em 26 de março de 1960, durante "assembleia de fundação" realizada na prefeitura de Arapongas, presidida pelo Bispo de Londrina Don Geraldo Fernandes e secretariada pelo Dr. Roberto de Araújo Bessa. A assembleia, convocada pelos senhores Brasilino Bussadori Prefeito Municipal, Dr. José Colombino Grassano Secretário do Interior e Justiça do Estado do Paraná, entre outros participantes.¹

Reconhecida como de utilidade pública municipal pelo decreto nº 442/61 de 16/11/1961 e de utilidade pública federal decreto nº 73.101 de 07/11/1973. Presta contas anualmente ao Ministério da Justiça para manutenção do certificado de utilidade pública federal.

Tem como missão prestar assistência aos quantos buscarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, cor, sexo, língua, credo, opinião política ou qualquer outra condição.

A entidade conta com clínica médica, cirúrgica, obstétrica e pediátrica; pronto socorro 24 horas, exames laboratoriais e exames diagnósticos por imagem, possuindo 101 leitos sendo que deste total estão disponíveis ao SUS 81 leitos.

Atualmente integra a Rede de Atenção Integral e a Rede Mãe Paranaense (materno-infantil) e Rede de Urgência e Emergência do Estado, visando prestar assistência integral à saúde dos usuários do Sistema Único de Saúde, assistência integral à saúde das gestantes em situação de risco habitual e intermediário.

A Irmandade da Santa Casa de Arapongas presta serviços que abrangem a região urbana e rural do Município de Arapongas, tendo 77,72% (2013) dos atendimentos realizados ao convênio do Sistema Único de Saúde - SUS, o que representa a maior parcela da população mais carente e menos assistida da sociedade, mostrando assim que a entidade presta relevantes serviços de interesse público. A entidade está localizada à Rua Calú, 155 no Centro da cidade.

Atende a Lei 12.101 de 27/11/2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social, que de acordo com o Art. 4º. Para ser considerada beneficente e fazer jus à certificação, a entidade de saúde deverá, nos termos do regulamento: II - ofertar a prestação de seus serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento).

Pelas considerações apresentadas, a Irmandade da Santa Casa de Arapongas cumpre com os quesitos que regulamentam a matéria, tomando-a apta para ser declarada de Utilidade Pública Estadual pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 305/2014

Projeto de Lei nº. 305/2014
Autor: Deputado Waldyr Pugliesi

Súmula: *Declara de Utilidade Pública a Irmandade da Santa Casa de Arapongas, com sede e foro no Município de Arapongas/PR*

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
– LEI Nº 17.826/2013 – REQUISITOS
PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **Irmandade da Santa Casa de Arapongas**, com sede e foro no Município de Arapongas, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 17.826/2013, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- Entidades sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I, II e III da Lei 17.826/2013, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 1º O Título de Utilidade Pública será concedido por lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I – ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II – ter personalidade jurídica, há mais de um ano;

III- finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto,

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 12 de Agosto de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


Luiz Paulo Momarelli
Adelson Traiano


Teresio Tuini


Alexandre Piva


Pastor Edson